

Acordo com os bancos só em dezembro

MILANO LOPES

Dinda

O processo de renegociação da dívida externa brasileira poderá ser concluído na segunda quinzena deste mês, ocasião em que o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, se reunirá, em Washington, provavelmente no dia 23, com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus. A expectativa, porém, é de que o acordo com os bancos privados não será fechado antes da primeira quinzena de dezembro.

A intenção do governo é desenvolver, simultaneamente, as negociações com os governos credores, no âmbito do Clube de Paris e com os bancos privados, por várias razões: 1) Trata-se de uma estratégia destinada a evitar que um grupo estabeleça condições em relação a outro grupo, como, por exemplo, que os bancos privados exijam que primeiro seja firmado o acordo com os governos; 2) A negociação com o Clube de Paris poderá arrastar-se por dois ou três meses, atrasando os contatos com os

bancos credores e impossibilitando que seja fechado com eles um acordo antes do fim do ano; e 3) dentro de mais duas semanas, o Brasil já terá concluído a montagem do seu programa econômico e não tenciona alterá-lo para conseguir maior flexibilidade dos credores. Tudo o que o País tem a oferecer em termos de ajuste ortodoxo da economia terá sido definido com a divulgação do plano de controle macroeconômico.

JUROS

De acordo com a estratégia montada pelo ministro da Fazenda, é absolutamente essencial que os US\$ 7,3 bilhões dos juros devidos pelo Brasil em 1987 e 1988 sejam integralmente financiados, para que na montagem das contas do balanço de pagamentos relativo ao próximo ano sejam deduzidas remessas no valor de US\$ 3,0 bilhões, os quais abrirão espaço para um aumento nas importações, indispensável à obtenção de um crescimento de 6% do PIB em 1988, sem prejudicar a meta de um superávit comercial de US\$ 10,0 bilhões.

Evidentemente, se as negocia-



Camdessus e Bresser: acordo à vista

ções se arrastarem além do final deste ano, ficará o governo impossibilitado de definir as contas externas para 1988, além do que não interessa à equipe econômica estender a moratória além deste ano, o que poderia criar dificuldades ainda maiores ao País no mercado financeiro internacional.

Há, contudo, da parte do governo a convicção de que as medidas ortodoxas de ajuste da economia que estão sendo implementadas, inclusive as mais recentes, como a eliminação dos subsídios à agricultura e a contenção do déficit estrutural do Sistema Financeiro da Habitação, serão mais do que suficientes para

garantir uma boa acolhida por parte do FMI e dos bancos privados.

ACORDO COM O FUNDO

Além disso, conforme relatam funcionários que atuam na área externa, o plano de negociação esboçado pelo ministro da Fazenda, quando de sua recente exposição no plenário da Câmara dos Deputados, não contém cláusulas impossíveis de serem aceitas pelos credores externos. Eles lembram que a renegociação da dívida argentina incluiu os dois pontos essenciais da proposta brasileira: o refinanciamento dos juros e a exclusão dos bancos de pequeno e médio portes, através do leque de alternativas apresentadas pelas autoridades de Buenos Aires.

Já em novembro do ano passado, por ocasião da negociação do pacote mexicano, os bancos concordaram com um **spread** (taxa de risco) inferior a 1% (0,871%), e com uma cláusula de salvaguarda, segundo a qual, sempre que o preço do barril de petróleo declinasse abaixo dos nove dólares, os bancos estariam automaticamente comprometidos em conce-

der novos financiamentos no México. Como os preços do petróleo se recuperaram desde então e hoje belam os 20 dólares por Barril, a cláusula de salvaguarda não chegou a ser acionada.

Essas mesmas vantagens poderiam ser concedidas ao Brasil — a cláusula de salvaguarda fazia parte da proposta elaborada pelo então ministro Dilson Funaro —, porém, observam os informantes que o País teria de formalizar um acordo com o Fundo Monetário Internacional que permitisse à instituição um acompanhamento sistemático da performance do programa de ajuste, para fins de **informação aos credores**.

Essa é uma questão crítica que terá de ser negociada politicamente, tanto interna como externamente. Pelas contas das autoridades, não há necessidade de um acordo, **stand by** com o Fundo, até porque seus recursos seriam dispensáveis. Há, no entanto, uma corrente que defende esse ajuste como forma de rolar os débitos do Brasil com o FMI, que estão vencendo sem que haja disponibilidade para pagá-los.

5 JUL 1987